



COMPANHIA DE ABASTECIMENTO
* SANTO ANDRÉ *

LISTA DE DIREITO DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

Nos termos do que dispõe a LGPD, informa-se aos titulares de dados pessoais mediante a seguinte listagem os direitos que podem ser reivindicados atinentes ao tratamento que esteja no controle desta Companhia, sendo o canal para qualquer das exigências o contato do encarregado disponibilizado.

Lista de direitos dos titulares:

- ✓ Direito ao tratamento adequado, compatível com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
- ✓ Direito à limitação do tratamento ao mínimo necessário para a atingimento de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento;
- ✓ Direito à consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
- ✓ Direito à exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
- ✓ Direito a informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
- ✓ Direito de não ser discriminado de forma ilícita ou abusiva;
- ✓ Direito de exigir a prestação de contas por parte dos agentes de tratamento, ao qual se contrapõe o dever, por parte destes, de adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais.
- ✓ Direito de condicionar o tratamento de dados ao prévio consentimento expresso, inequívoco e informado do titular, salvo as exceções legais;



COMPANHIA DE ABASTECIMENTO
*** SANTO ANDRÉ ***

- ✓ Direito de exigir o cumprimento de todas as obrigações de tratamento previstas na lei, mesmo para os casos de dispensa de exigência de consentimento;
- ✓ Direito à inversão do ônus da prova quanto ao consentimento;
- ✓ Direito de requerer a nulidade de autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais;
- ✓ Direito de requerer a nulidade do consentimento caso as informações fornecidas ao titular tenham conteúdo enganoso ou abusivo ou, ainda, não tenham sido apresentadas previamente com transparência, de forma clara e inequívoca;
- ✓ Direito de requerer a revogação do consentimento a qualquer tempo, mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado;
- ✓ Direito de revogar o consentimento caso o titular discorde das alterações quanto ao tratamento de dados, seja na finalidade, forma e duração do tratamento, alteração do controlador ou compartilhamento;
- ✓ Direito de ser informado sobre aspectos essenciais do tratamento de dados, com destaque específico sobre o teor das alterações no tratamento;
- ✓ Direito de ser informado sempre que o tratamento de dados pessoais for condição para o fornecimento de produto ou de serviço, ou, ainda, para o exercício de direito, o que se estende à informação sobre os meios pelos quais o titular poderá exercer seus direitos;
- ✓ Direito de que o tratamento de dados pessoais cujo acesso é público esteja restrito à finalidade, à boa-fé e ao interesse público que justificaram sua disponibilização;
- ✓ Direito à transparência do tratamento de dados baseado no legítimo interesse do controlador;
- ✓ Direito à anonimização dos dados pessoais sensíveis, sempre que possível, na



COMPANHIA DE ABASTECIMENTO
★ SANTO ANDRÉ ★

realização de estudos por órgão de pesquisa;

✓ Direito de ter a devida publicidade em relação às hipóteses de dispensa de consentimento para: tratamento de dados sensíveis no cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; ou tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;

✓ Direito de que os dados pessoais sensíveis utilizados em estudos de saúde pública sejam tratados exclusivamente dentro do órgão de pesquisa e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas;

✓ Direito de não ter dados pessoais revelados na divulgação dos resultados ou de qualquer excerto do estudo ou da pesquisa sobre saúde pública;

✓ Direito de não ter dados pessoais utilizados em pesquisa sobre saúde pública transferidos a terceiros pelo órgão de pesquisa;

✓ Direito ao término do tratamento, quando verificado que: (a) a finalidade foi alcançada ou que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada; (b) houve o fim do período de tratamento; (c) houve comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento, resguardado o interesse público; ou (d) por determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto na Lei;

✓ Direito à eliminação ou ao apagamento dos dados, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, sendo autorizada a conservação somente nas exceções legais.